



Rubens Damasceno-Moraes

Professor na graduação e no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás/UFG, após mestrado na Universidade de Brasília/UnB, em 2005, empreendeu doutorado no domínio de Ciências da Linguagem (2013), quando elaborou tese no campo da Argumentação, da Retórica e da Interação argumentativa (*Sciences du Langage/Université Lumière Lyon 2/França/ École Doctorale Lettres, Langues, Linguistique & Arts*). Em 2021 concluiu Estágio de Pós-doutoramento na Universidade Federal de Sergipe/UFS, graças ao qual, aliás, este livro é um dos produtos. Atualmente dedica-se ao projeto “A dinâmica do discurso argumentativo - Estudo de interações agonais”, por meio do qual, juntamente com orientandos de iniciação à ciência e pós-graduandos, busca descrever e analisar interações argumentativas em diversos domínios (redes sociais, mídia, jurídico, educação, vida cotidiana etc.). Coordenador do Grupo de Pesquisa “Teorias de Argumentação e Retórica – TEAR”, é ainda membro do Grupo de Pesquisa: “Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso ELAD” e do Grupo de Trabalho (GT) “Argumentação” da ANPOLL. Atua ainda como um dos editores da Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação - EID&A.

Em termos do binómio teoria-análise, uma questão que se coloca relativamente à diversidade de abordagens teóricas é a seguinte: será suficiente adoptar uma perspectiva e atermo-nos à sua lógica para que uma análise seja satisfatória? Ou deveremos considerar que as diferentes teorias só parcialmente satisfazem as exigências complexas e multidimensionais das tessituras argumentativas e, nesse sentido, a melhor opção será a de convocar as melhores intuições que cada perspectiva proporciona de modo proceder a descrições e a análises o mais completas e fundamentadas possível?

Rui Alexandre Grácio



PPGL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS E LINGÜÍSTICA



917865561374789



Pontes

INTRODUÇÃO À ANÁLISE
DA ARGUMENTAÇÃO

ISABEL CRISTINA MICHELAN DE AZEVEDO
RUBENS DAMASCENO-MORAIS
(ORGANIZADORES)

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO

ISABEL CRISTINA MICHELAN DE AZEVEDO
RUBENS DAMASCENO-MORAIS
(Organizadores)



Pontes



Isabel Cristina Michelan de Azevedo

É graduada em Pedagogia e Letras, tem mestrado em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e doutorado realizado na Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Desde 2013, atua como professora no Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal de Sergipe (USP). O trabalho realizado na graduação e o na pós-graduação da UFS (acadêmica e profissional) têm possibilitado orientar pesquisas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado voltadas aos estudos da argumentação em diferentes perspectivas, em associação com a formação de professores e a descrição linguística e multimodal. Nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, e da Universidade Estadual de Feira de Santana, orienta investigações situadas no campo da Linguística Aplicada, com particular interesse pela Pedagogia dos Multiletramentos. Lidera o “Grupo de Pesquisas em Argumentação e Retórica Aplicadas” (GPAA) e é colíder do grupo de “Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso” (ELAD). Ocupa posição na equipe editorial na *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*.

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO

**ISABEL CRISTINA MICHELAN DE AZEVEDO
RUBENS DAMASCENO-MORAIS**
(Organizadores)

Este livro é um dos produtos viabilizados pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás – PPGLL/UFG e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, os quais viabilizaram financeiramente a consecução deste projeto editorial.

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo - SP)**

A994i Azevedo, Isabel Cristina Michelan de; Damasceno-Morais, Rubens (org.).
Introdução á análise da argumentação
Organizadores: Isabel Cristina Michelan de Azevedo e Rubens Damasceno-Morais
Prefácio de Rui Alexandre Grácio. – 1. ed. – Campinas, SP : Pontes Editores, 2022.
figs.; tabs.; quadros;

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5637-478-9.

1. Análise do Discurso. 2. Educação. 3. Linguística.
I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

Bibliotecário Pedro Anizio Gomes CRB-8/8846

Índices para catálogo sistemático:

1. Argumento e persuasão. 168
2. Educação. 370
3. Análise do discurso. 401.41
4. Linguística. 410

INTRODUÇÃO À ANÁLISE DA ARGUMENTAÇÃO

**ISABEL CRISTINA MICHELAN DE AZEVEDO
RUBENS DAMASCENO-MORAIS
(Organizadores)**



Copyright © 2022 - Dos organizadores representantes dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração: Eckel Wayne
Capa: Acessa Design
Revisão: Clarice Villac

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

Glaís Sales Cordeiro

(Université de Genève - Suisse)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UnB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UnB – Brasília)

Rogério Tilio

(UFRJ – Rio de Janeiro)

Suzete Silva

(UEL – Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Dr. Miguel Penteado, 1038 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-118

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
“PROFESSOR, QUANDO É QUE COMEÇAMOS A ARGUMENTAR?”	7
Rui Alexandre Grácio	
APRESENTAÇÃO	13
DESAFIOS E PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE RETÓRICA E ARGUMENTATIVA	17
Isabel Cristina Michelin de Azevedo	
Rubens Damasceno-Morais	
O MODELO ARGUMENTATIVO DE TOULMIN: SOBRE UMA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DA LÓGICA DOS USOS DO ARGUMENTO	41
Patrícia Del Nero Velasco	
ARMAS DE FOGO, CARROS E LIQUIDIFICADORES: UM ESTUDO DA ARGUMENTAÇÃO POR ANALOGIA SOBRE A FACILITAÇÃO DA POSSE DE ARMAS DE FOGO NO BRASIL	73
Filipe Mantovani Ferreira	
LÓGICA INFORMAL UMA INTRODUÇÃO AOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DE AVALIAÇÃO DOS ARGUMENTOS.....	101
Paulo Roberto Gonçalves-Segundo	
A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA E A POLIFONIA ENUNCIATIVA: ARGUMENTANDO COM A VOZ DO OUTRO	135
Erivaldo Pereira do Nascimento	
ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO: PROBLEMÁTICAS E PERSPECTIVAS ...	163
Helcira Lima	

PERSPECTIVA DIALOGAL E ANÁLISE DIALÓGICA: A ARGUMENTAÇÃO	
BIFACE	193
Wander Emediato	
Rubens Damasceno-Morais	
POSFÁCIO	
PRINCÍPIOS DE ANÁLISE RETÓRICA DO DISCURSO: <i>A QUAESTIO</i>	223
Luiz Antonio Ferreira	
REFERÊNCIAS.....	249
SOBRE OS AUTORES	263

DESAFIOS E PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE RETÓRICA E ARGUMENTATIVA

Isabel Cristina Michelan de Azevedo
Rubens Damasceno-Morais

1. Teoria e análise: cara e coroa

Todo pesquisador conhece bem os desafios de empreender uma pesquisa, sobretudo quando, a partir de um aporte teórico, e por meio de amostras, de *corpora* diversos, pretende desenvolver análises e levar seus estudantes a lançarem mão de análises claras, coerentes, instigantes e relevantes. Em um de seus recentes trabalhos, Norman Fairclough, que tem proposto metodologias de análise de textos desde os seus primeiros escritos,¹ confessa: “sabemos, por experiência própria, quão frustrados ficam os nossos alunos no momento de fazerem suas análises” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 13, tradução nossa). Convenhamos, se é difícil para nós, pesquisadores, lidarmos com metodologias de análise, *a fortiori* o será para os alunos, os quais, por mais que confessem “gostar muito *dessa coisa de analisar*”,² no instante de empreenderem uma análise pouco sabem por

1 Aqui pensamos, sobretudo, em sua obra de 2003: *Analysing discourse – textual analysis for social research*, publicado pela editora Routledge; e, ainda, na obra de 2012, que apresentamos nas referências. Em seus trabalhos, o autor sempre dedica parte de suas reflexões à ilustração e aplicação do modelo teórico que propõe.

2 A fala destacada é um depoimento espontâneo que aqui transcrevemos, fruto de um atendimento realizado em que um aluno no primeiro ano de mestrado mostrou certo fascínio, mas estranhamento, diante da iminência de ter de escrever um capítulo analítico para a sua dissertação. Acreditamos que essa fala, de certa forma, exemplifica o que “escrever um capítulo analítico” representa para nossos alunos.

onde começar, na maioria dos casos. E se começam, ainda não discernem muito bem qual direção seguir.

A necessidade de conexão entre procedimentos analíticos, metodologia e teorias, as quais multiplicam-se no mundo do conhecimento, leva o pesquisador iniciante a se perguntar frequentemente sobre qual caminho trilhar. O professor orientador também se questiona sobre como ajudar seus estudantes a lançarem-se no empreendimento analítico, sobretudo na área dos estudos da linguagem. Nesse embate, concordamos, prudente é “evitar uma oposição radical entre ‘teoria e prática’ e entre ‘modelo e aplicação’” (DOURY, 2015, § 4, tradução nossa), pois “uma teoria só faz sentido se vista a partir de dados que lhe servem como material de análise”. Nesse sentido, temos que, parafraseando Aristóteles ao falar da relação indissociável entre retórica e a dialética, entendemos que *teoria* e *análise* são faces de uma mesma moeda: cara e coroa.

Sabemos que a discussão acerca dos limites dessa imbricação entre teoria e análise não vem de agora, muito pelo contrário. Do mesmo modo não são de ontem as dificuldades de tornar mais clara tal interdependência. Os programas de iniciação à ciência estão aí justamente para nos ajudar, professores e alunos, a enfrentar esses desafios e a tentarmos produzir análises em consonância com parâmetros científicos, pois é inegável o fato de que um dos pilares da ciência é o ir-e-vir incessante entre teoria e análise (DOURY, 2015). Ela ressalta ainda ser essa via uma provável solução com vistas a garantir a pertinência dos modelos e a coerência das análises.

Antunes, a esse respeito, não diz o contrário, quando assevera, em livro estritamente voltado para a didatização da elaboração de análises:

A teoria apenas, sem a prática da análise, pode representar uma abstração, um conjunto de hipóteses, de suposições, simplesmente [...]. Por sua vez, a análise, apenas, não se desenvolve sem os fundamentos de princípios teóricos consistentes. Teoria e análise se alimentam mutuamente (ANTUNES, 2010, p. 15).

O sentido mesmo do termo *análise* é amplo e relativo. A esse respeito, Maingueneau (2012, p. 1) pergunta de forma bastante pertinente: “O que significa ‘análise’?” e, por mais que a pergunta interpele o significado de “análise” na expressão “análise *do discurso*”, serve-nos de mote, tal inquietação, para refletirmos sobre a relevância e o sentido da análise *de textos argumentativos*. Aliás, todo este livro é fruto de tal inquietação, pois cada capítulo reflete a tentativa de, a partir da apresentação de uma análise com proposta de exercício, trazer a lume uma perspectiva teórica ligada aos estudos da argumentação e, ainda, da retórica, em alguns casos. E nada disso é por acaso nesta obra. A intenção foi, justamente, levar o leitor a perceber que, quando se fala em argumentação, prudente é, antes, percebermos que estamos num vasto campo de estudos, em que analisar significa tomar partido por uma metodologia, a partir de uma “orientação” teórica (não exatamente no sentido ducrotiano) ancorada na imensa arena dos estudos em argumentação.

Nesse sentido, cabe a cada teoria eleger a metodologia que lhe convém para dar azo à missão do empreendimento analítico. Não obstante, antes de se falar em *análise de textos argumentativos*, preciso é que tenhamos consciência da amplitude de tal desafio, visto que o território da argumentação é vário, o que torna imprescindível, neste momento, fazermos algumas rápidas ponderações, para que o leitor compreenda a ancoragem e complexidade de se falar em “prática” a partir de um campo de estudos tão multifacetado, como os estudos em argumentação (MEYER, 2008; PLANTIN, 2008b; ROBRIEUX, 2010; GRÁCIO, 2012). Assim, e sem pretensão mergulharmos profundamente nas intermitências e entremeios dos estudos da argumentação, não nos devemos esquecer de que, desde há muito, busca-se descrever e explicar a utilização de argumentos (MARTINEAU, 2010, p. 29), na iminência de classificá-los de acordo com critérios os mais diversos, como discorreremos a seguir.

Nesse universo que imbrica os estudos da argumentação e da retórica, em efervescência atualmente no Brasil, a verdade é que o acompanhamento de estudantes em nível de graduação e de pós-graduação em Letras e Linguística que passam a se dedicar aos estudos da argumentação e da retórica tem-nos inquietado em relação a uma questão muito específica:

quais procedimentos teórico-analíticos devem ser utilizados quando se quer empreender uma análise argumentativa e/ou retórica? Em geral, diante de tal inquietação, os orientadores tendem a iniciar um processo de estudo relativo aos conceitos vinculados a alguma das perspectivas que analisam a argumentação e a retórica, mas nesse processo de aprofundamento teórico nem sempre se tornam muito precisos os procedimentos analíticos que podem ser empregados.

Diante disso, no segundo semestre de 2020, nós, que representamos a Universidade Federal de Sergipe (UFS) em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), organizamos um curso a fim de tratar dessa questão. Desse modo, professores universitários que trabalham com diferentes abordagens argumentativas e retórica foram convidados a ministrar aulas em duas etapas. Na primeira foram revistos os conceitos centrais de cada uma delas e, na segunda, foram compartilhadas as análises que poderiam ilustrar a prática analítica de tais abordagens, a fim de que os estudantes pudessem ter referências que auxiliassem a superar dificuldades ou inseguranças observadas no momento de empreender uma análise de dados em seus trabalhos acadêmicos.

Consideramos que a *transposição da teoria à prática analítica* apresenta desafios que precisam ser bem compreendidos pelos estudantes que têm essa prática como uma tarefa a ser concretizada em trabalhos acadêmicos, por isso seis perspectivas foram discutidas ao longo do curso: a Nova Retórica, a Lógica do Uso dos Argumentos, a Argumentação na Língua, a Lógica Informal, o Modelo dialógico e Interacional e a Argumentação no Discurso. Cada conferencista procurou proceder à análise de maneira a oferecer aos estudantes uma espécie de tutorial orientador para a mobilização de conceitos no momento de se analisarem variadas materialidades linguísticas.

Os vídeos relativos às atividades realizadas ao longo do curso podem ser encontrados no canal do YouTube “Centro de Estudos de Argumentação e Discurso”³ e, após a finalização do curso, cada professor convidado elaborou um texto referente à sua participação. Esse conjunto de trabalhos

3 Endereço do canal no YouTube: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLFqHvKDAwIkHYsTyuSYc-z40-XlwH7Ciq>

pode ser encontrado nesta obra. Na abertura de cada capítulo, o leitor encontra uma síntese de cada reflexão, o que ajuda a construir uma visão global do material.

Contudo, antes de iniciarmos a leitura dos materiais preparados pelos professores convidados, foi organizada uma reflexão inicial que propõe uma discussão acerca das alternativas existentes para a realização de análises de textos marcados pela argumentação.

2. A análise retórica segundo os manuais de metodologia acadêmico-científica

O tipo de preocupação que orientou a organização do curso supracitado e desta obra está alinhado ao que Martin W. Bauer e George Gaskell destacaram na obra publicada em 2000, traduzida no Brasil em 2013, *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Na época, os autores perceberam a carência de materiais que pudessem orientar pesquisas qualitativas contemporâneas em ciências humanas e sociais. Após retomar uma discussão epistemológica relativa às distinções entre pesquisa qualitativa e quantitativa e tratar dos mecanismos disponíveis na atualidade quando se quer constituir *corpus* de pesquisas, são reunidos enfoques analíticos voltados ao tratamento de texto, imagem e som; entre os trabalhos reunidos, dois se destacam para os nossos interesses: Análise argumentativa e Análise retórica.

A análise retórica é apresentada por Joan Leach. Ao retomar a concepção retórica difundida no Ocidente desde a Antiguidade Grega, ressalta que esse tipo de trabalho com a linguagem possibilita lidar com a multiplicidade de emprego da palavra no que se refere ao ato de persuadir, à análise de atos de persuasão e a uma cosmovisão sobre o poder persuasivo do discurso. Ao realizar esse resgate teórico e analítico, o autor empreende uma reflexão que recobre a constituição dos objetos de análise, dos elementos que constituem uma situação retórica e de como mobilizar as partes da retórica em pesquisas qualitativas.

Leach (2000 [2013]) destaca, inicialmente, que proceder a uma análise da persuasão alheia é um meio de produzir, ao mesmo tempo, um outro discurso que se quer persuasivo, ou seja, a retórica configura uma cosmovisão que estrutura o pensar, os sistemas de representação e a percepção relativa aos objetos cognoscíveis. Nesse sentido, a análise retórica se aplica tanto aos textos orais quanto escritos e requer a identificação das estratégias identificadas nos discursos persuasivos. Ao longo da história, os manuais de retórica colaboraram para a descrição e entendimento das figuras de linguagem, a interpretação dos padrões gramaticais e a compreensão das dimensões estéticas que tornam os textos mais instigantes e atrativos. Esse ponto, embora seja um dos mais conhecidos em relação às características da retórica, também constitui um dos aspectos que justificou as críticas recebidas após a Idade Média, especialmente pelos vinculados ao discurso científico, que passaram a vincular a retórica apenas à sua função ornamental.

A longa tradição da retórica, embora marcada paradoxalmente por períodos de valorização e repulsa, permitiu que fosse constituída uma perspectiva que permanece adequada às necessidades analíticas contemporâneas. Contudo, é preciso atentar que a constituição de um objeto de análise requer observar, em primeiro lugar, para as fontes documentais, sobretudo quando se observa que as imagens e os gestos, além dos discursos escritos e orais (registrados), podem interessar aos estudantes na concretização de uma análise. Na análise retórica, busca-se entender como os variados objetos se colocam a serviço da persuasão, por isso o contexto discursivo merece particular atenção.

Tradicionalmente, a observação do contexto do discurso encaminha a identificar que um orador (retor) organiza seu discurso de acordo com um conjunto de regras, mais ou menos formalizadas, a fim de obter a adesão de um auditório (público). Ou seja, o orador, ao analisar as características do auditório ao qual se dirige, seleciona os argumentos e os recursos linguístico-discursivos que parecem ser os mais adequados para produzir uma expressão persuasiva que altere o comportamento alheio. Assim, ao analisar o contexto, o analista precisará compreender o sistema de regras que organiza o discurso.

Nesse esforço, Leach (2013 [2000]) alerta para alguns perigos que podem afetar a análise em construção. Em primeiro lugar, ao analisar o direcionamento dos discursos, pode-se cair na “falácia intencionalista” que exigiria recuperar a intenção de autores e locutores, quando a retórica se interessa pelos recursos observados nos discursos produzidos. Ou seja, não se busca localizar “intenções” preditas ou saber o que se tinha em mente antes da produção do discurso, mas compreender os efeitos que o discurso possa produzir.

Em segundo lugar, o analista precisa compreender que um discurso sobre outro discurso, como no caso de uma entrevista com um político ou de uma matéria jornalística acerca dele, não permite analisar o discurso político em si, pois se trata de um segundo texto que já apresenta uma conjectura acerca da personalidade política. É certo que esse tipo de material também pode ser persuasivo, mas não representa o discurso do político, conforme o exemplo recolhido aqui, por isso precisa ser considerado em seu contexto de produção e na totalidade de um conjunto maior de discursos.

Em terceiro lugar, o analista terá que se manter atento à natureza da análise retórica para saber diferenciar a retórica de interpretações que estejam ligadas a outro tipo de análise, o que costuma exigir do estudante uma capacidade analítica acurada.

Ao ler um texto político, um estudioso que faz análise retórica irá procurar os meios possíveis de persuasão localizados dentro do texto. Um desses meios de persuasão é apresentar argumentos com os quais o público pode já estar de acordo a fim de criar um sentido de identidade entre o suposto autor e a suposta audiência. Tais compromissos políticos partilhados podem operar no nível da ideologia. Deveria, então, a análise retórica evitar comentários sobre esses argumentos? Alguns estudiosos pensam que não. [...] (LEACH, 2000 [2013], p. 297-298)

Esse tipo de discussão tem levado alguns autores a reconhecerem que a análise retórica tende à interdisciplinaridade, sobretudo nas ciências sociais e humanísticas, e é favorecida quando está articulada a outros tipos

de análise, como a “análise do argumento”, “análise do discurso” ou a métodos semióticos que favorecem a análise de filmes ou outras mídias (MARTIN, 1998).

Distintivamente, contudo, obtém-se, por meio da análise retórica, uma proximidade em relação a questões específicas que estão relacionadas à arte de produção de discursos. Para tanto, algumas questões orientadoras e categorias, quando consideradas, podem evitar alguns dos perigos anteriormente citados. Bitzer (1968), ao descrever a especificidade de uma situação retórica, aponta que a identificação das categorias que situam o orador em um determinado espaço (quem, o quê, onde, quando e por quê) auxilia o analista a compor o contexto discursivo. Além disso, recomenda delimitar a exigência retórica própria de cada momento (*kairos* e *phronesis*), isto é, todo discurso está situado em uma dimensão temporal específica (em um tempo oportuno), ligada a cada situação à qual se encontra vinculado (*kairos*) e ainda aos elementos que tornam o discurso conveniente a determinadas circunstâncias, de acordo com um pensamento prático (*phronesis*). Com base no contexto discursivo e na identificação do *kairos* e da *phronesis*, o analista tem condições de iniciar o detalhamento relativo às características do público a fim de identificar as relações que são estabelecidas entre orador e auditório e o tipo de discurso que é assumido justamente em função das características do auditório.

Na análise retórica, o analista também se atém a outro conjunto de categorias, relacionado à composição do dizer. Trata-se de demarcar a origem dos argumentos e delinear como o conteúdo foi delimitado em função dos objetivos estabelecidos (*inventio*). Nessa fase da análise, ainda é importante observar como as três provas retóricas (*ethos*, *pathos* e *logos*) são articuladas. Em uma argumentação persuasiva, o *ethos* é depreendido com base no modo como o orador se apresenta, mas não se trata de aceitar o que é afirmado e, sim, de notar as formas sutis por meio das quais a persuasão é construída. Por exemplo, não é diante da afirmação “você podem acreditar em mim” que o auditório passará a agir assim, é preciso que aquele que se expressa vá gradativamente indicando que é uma pessoa crível para haver a adesão do público às ideias apresentadas. O *pathos* permite observar os recursos que promovem o apelo à emoção que pode

sensibilizar o auditório às posições assumidas; e o *logos* consiste no exame da organização lógica dos argumentos.

Como tais elementos são organizados em uma certa disposição, a análise retórica também se volta à articulação entre as partes do discurso e ao estilo adotado. Em síntese, Leach (2000 [2013]) orienta o analista a seguir quatro passos fundamentais:

1. Estabelecer a situação retórica do discurso a ser analisado.
2. Identificar os tipos de discurso persuasivo empregando a teoria da estase.
3. Aplicar os cinco cânones retóricos [*inventio, dispositivo, elocutio, actio e memoria*].
4. Revisar e aprimorar a análise, empregando as orientações reflexivas (LEACH, 2000 [2013], p. 316-317).

Para esse autor, os elementos constitutivos da retórica auxiliam tanto na análise quanto na produção da comunicação persuasiva, por isso permanece válida desde a antiguidade grega. Por ter a dialética por base, a retórica colabora com a compreensão da “arena comunicativa” instituída sempre que há confronto de discursos e ainda permite perceber os processos que colaboram com a construção de conhecimentos em sociedade.

Além da perspectiva retórica, também são encontradas outras possibilidades analíticas marcadas pelo interesse em aprofundar os elementos argumentativos que constituem textos em circulação em diferentes campos, como vemos a seguir.

3. A análise argumentativa segundo os manuais de metodologia acadêmico-científica

Se observamos algumas das diversas obras que retraçam o percurso dos estudos argumentativos e da retórica através da História, veremos que tais estudos passaram por longos períodos de hibernação para finalmente serem retomados em nossa época (BRETON; GAUTHIER, 2000, p. 3). “A argumentação”, esclarecem ainda os autores, “têm uma história teórica

sinuosa”, que remonta a Empédocles de Agrigento e aos mestres sicilianos de retórica Córax e Tísias, confirma Angenot (2008, p. 41). Os estudos especializados dessa área, ligados à reconstituição histórica desses temas, classificam-na em um período de maturidade, um período de declínio e um período de renascimento das questões teóricas em argumentação, ao longo dos séculos. E isso demonstra o quão esse tema, desde seus primeiros estudos constatados, por volta de 450-440 a.C, já atraía interessados, sobretudo no âmbito da Filosofia.

Não obstante, após tantas idas e vindas, os debates em torno dos estudos em argumentação restam polêmicos. Longe de constituir um tema tranquilo ou monotemático, os estudos nesta seara multiplicam-se, bipartem-se, enredam-se, espriam-se, o que torna o debate bastante complexo. Desse modo, se apenas bradamos que somos estudiosos de argumentação, não diremos grande coisa, tantas e tão vastas as possibilidades de estudos nessa área. Ainda segundo Breton e Gautier (2000, p. 68, tradução nossa), os estudos em argumentação “formam uma nebulosa extremamente disforme em que se atomizam diferentes linhas teóricas com práticas ligadas a áreas disciplinares diversas”, irrigando, assim, diversos campos do saber como a Linguística, as Ciências da Linguagem entre as tantas análises de discurso, o Direito, a Semiologia, a Filosofia dentre outras mais. E por aí já vemos o quão amplo é o leque de interessados pelos estudos em argumentação e, sobretudo, a necessidade de falarmos sobre *procedimentos analíticos* nessa seara.

Como sabemos, a argumentação é um domínio de pesquisa vasto, em que se entrecruzam várias disciplinas diferentes; “daí uma infinidade de definições do simples conceito ‘argumentação’” (DOURY, 2004, p. 70, tradução nossa). Isso sem levar em consideração a “miscelânea de escritos sobre o tema” (BLAIR, 1993, p. 497, tradução nossa) em que, muitas vezes, um mesmo conceito recebe nomes diferentes. E isso é mais comum do que se imagina, nesse campo. Ao discorrer sobre a complexidade do campo, Plantin, na entrada: “*Argument, argumentation*” (e verbetes afins) do seu *Dictionnaire de l’argumentation* (2016, p. 64),⁴ discorre sobre a

4 Para saber mais sobre o *Dictionnaire de l’argumentation* e sobre a tradução que ora se realiza para o Português, conferir o evento *on-line: Colóquio Internacional - Desafios da tradução e composição do primeiro Dicionário de Argumentação no Brasil*, coordenado por Isabel

complexidade dos estudos em argumentação, porque (dentre outras razões) muitas vezes um mesmo mecanismo argumentativo é designado de maneira particularmente redundante, com nomes diversos. Ainda segundo o autor:

Por uma questão de reflexo, compreensível, as grandes escolas contemporâneas [da argumentação] tentam demarcar território. Nesse sentido, o leitor se sente, muitas vezes, em um fogo-cruzado de “teorias” que nem sempre conversam entre si, inclusive no que concerne ao próprio conceito de “argumentação” (PLANTIN, 2016, p. 10, tradução nossa).

Na medida em que “a determinação do que se deve entender por ‘argumentação’ é ainda uma questão fundamental” (WOODS *et al.*, 192, p. 75, tradução nossa), inevitavelmente todo pesquisador que venha a trabalhar nesse campo confronta-se com questões de definição e de clareza conceitual, pois, como dito, muitas vezes algumas definições entram em rota de colisão. Por esses motivos, trabalhar no campo da argumentação “nem sempre é cômodo ou seguro”, alerta Vignaux (1995, p. 199, tradução nossa), sobretudo porque, nos nossos dias, não existe um modelo teórico que goze de unanimidade, *nem tampouco uma metodologia de análise dados*.

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996 [1958], p. 211): “a análise de um elo da argumentação, fora do contexto e independente da situação em que se insere, apresenta inegáveis perigos”. E como tal definição varia enormemente de acordo com as disciplinas que com tais conceitos trabalham – sobretudo se se considerar a explosão de interrogações acerca dessa noção, e que pode tornar redutora e mesmo arriscada a tentativa de uma definição global – nos contentaremos, por ora, em apresentar simplesmente alguns destaques acerca da noção “argumentação/argumento”, o que já será de grande ajuda nessa terra de ninguém. Eemeren e Houtlosser (2007, p.

Cristina Michelan de Azevedo (Universidade Federal de Sergipe) e Rubens Damasceno-Morais (Universidade Federal de Goiás – UFG) e Eduardo Lopes Piris (Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC), com participação de Christian Plantin, Rui Grácio e dos tradutores da versão para o português. Para consultas no YouTube, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=YoSEb4F14Rw&feature=share&fbclid=IwAR2MwRr7lYmLtsnXUB62ablixhgbIPpzuAWBdSn0dYxyxPrJE8CGplZ7H0>. Ver, ainda, o artigo publicado em 2021: “O dicionário como ferramenta para o ensino da argumentação” (PLANTIN, Christian e DAMASCENO-MORAIS, Rubens; na revista *Entrepalavras*, n. 11, vol. especial).

244, tradução e grifos nossos) lembram que “as teorias em argumentação são concebidas para fornecerem um quadro apropriado para as *análises dos discursos argumentativos* e para que se possa avaliar a qualidade dos argumentos utilizados”, destacando ainda que, com esse fim, modelos teóricos mais ou menos refinados têm sido elaborados.

Para tentarmos lidar com análises em terras argumentativas, necessário é, de início, “primeiro saber o que um argumento é” (GOVIER, 2013, p. 22, tradução nossa). E isso não facilita em nada a missão do pesquisador (seja ele debutante ou não), porque “não há uma definição universal de argumento” (BRETON e GAUTHIER, 2006, p. 6, tradução nossa). No domínio da argumentação, os debates são geralmente acerca da natureza argumentativa de uma asserção e, em muitos casos, “as pessoas buscam às vezes convencer simplesmente apelando para novas definições, numa forma de humpty-dumtismo [...], [por meio do qual, continua Govier, se apresentaria] simplesmente uma opinião estritamente subjetiva e pessoal como se fosse um argumento de verdade” (GOVIER, 2013, p. 77[IA2], tradução nossa).

Em realidade, palavras como “argumento/argumentação” referem-se a conceitos muitas vezes bastante distintos. Uma simples pesquisa (não formal) em obras voltadas para o tema da argumentação sugere que uma definição bem recorrente de “argumento” se liga à ideia de premissa e conclusão. Outros seguem um caminho bastante original, enxergando um argumento como algo “como um organismo”, uma vez que teria “uma estrutura bruta, anatômica, e outra mais fina e, por assim dizer, mais fisiológica” (TOULMIN, 2001 [1958], p. 135). Já os mais voltados para a perspectiva da argumentação na língua, proposta por Anscombe e Ducrot (1983), compreendem a argumentação menos pela informação que ela conteria do que pela orientação argumentativa inscrita na língua e que determinaria uma sequência ideal.

Martineau (2010, p. 32, tradução nossa) nos explica que, “segundo o espírito romano, um argumento é o que faz brilhar uma tese”. Para Meyer, “um argumento é uma razão para pensar ou agir” (MEYER, 2008, p. 103, tradução nossa) ou, simplesmente, uma maneira de “irritar, provocar, testar, explorar, machucar, magoar, ofuscar”, como acredita Doury (2012),

arrolando outros estudos, numa espécie de *mise en abyme* teórico ou, em outras palavras, numa escalada de conceitos encaixáveis, numa arquitetura de bonecas russas conceituais.

A argumentação, entendida como atividade do pensamento, deixa pegadas no discurso. E essa é uma outra dica para a *elaboração de análises de textos argumentativos*. De acordo com Amossy (2000, p. 195, tradução nossa) “a argumentação depende do modelo discursivo no qual ela se situa”. Plantin (1995, p. 247, tradução nossa), ainda, chega mesmo a se perguntar se “a argumentação é um fato de língua ou um fato de discurso”, pois, segundo ele: “não estudamos a mesma coisa se situamos a argumentação ‘no discurso’ ou, à Ducrot, se a enxergamos ‘na língua’”. Podem-se ainda conferir em Vignaux (1995) algumas definições clássicas para argumentação/argumento, retiradas do *Vocabulaire Philosophique de Lalande* ou do *Dictionnaire du Français contemporain*.

Após rápido panorama, entendemos que os tantos usos das palavras argumentação/argumento sugerem que, analisar argumentos, é missão que sem dúvida vai depender do modelo teórico que adotaremos, dada a volatilidade e idiosincrasias que envolvem a missão. Perelman, o eterno filósofo do direito e responsável pelo recrudescimento dos estudos da argumentação e da retórica a partir da segunda metade do século XX, há muito constatara que “a argumentação se insere em um contexto perpetuamente modificável” (PERELMAN, 1989, p. 441, tradução nossa), o que não facilita a tarefa de pesquisadores e alunos.

Nesse sentido, cabe ao analista de textos e discursos argumentativos deixar claro, antes do empreendimento analítico, como define seu objeto de estudos, porque, antes de se lançar-se à prática, é preciso situá-la. Não obstante, e independentemente do breve e complexo contexto aventado, ainda assim entendemos a argumentação como “uma das funções superiores da linguagem, após a função de comunicar, de informar ou de contar” (DANBLON, 2005, p. 7, tradução nossa), tanto que, neste livro, preocupamo-nos em mostrar a importância e riqueza desse vasto campo, tentando *aliar prática a teorias*. Por isso, aqui, não gostaríamos de propor uma visão unívoca dos estudos em argumentação, reduzindo-os a uma corrente teórica X ou Y. Isso porque, não pretendemos, nesta oportuni-

de, estabelecer fronteiras rígidas, apesar de, como vimos afirmando, tal campo trazer várias perspectivas. Desse modo, falar em análise de textos e discursos argumentativos é menos anódino do que se poderia supor, e isso pode ser realizado com base em variadas metodologias.

3.1 Recursos para empreender a análise de textos argumentativos

Quando nos direcionamos para a análise de textos e discursos, isto é, ao realizar um mergulho profundo em *corpora* minuciosamente elaborados, deparamo-nos com uma miríade de caminhos. A pergunta que flana ali é saber *quais ferramentas utilizar*, no momento de colocar à prova questões de epistemologia. No domínio da argumentação e da retórica, Aristóteles já se preocupava, em seu *Refutações sofisticas*, em detectar, via procedimentos analíticos, os paralogismos que pululavam nos textos. Não à toa, o autor identifica treze tipos de paralogismos nessa obra. Isso sem desconsiderar os seus *Analíticos*, obra em que o filósofo grego apresenta a teoria dos silogismos e busca analisar argumentos de acordo com a sua forma em textos diversos.

Num salto temporal, se perscrutamos a *Nova Retórica*, percebemos que Perelman e Tyteca tentam analisar o raciocínio cotidiano, na iminência de desvelarem táticas de persuasão ligadas a um orador e um auditório, partindo da tão propalada “adesão dos espíritos” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 4). Ali, ainda, os autores promovem um inventário de formas argumentativas, descrevendo dezenas de tipos de argumentos num trabalho taxonômico que, até hoje, auxilia-nos como ferramentas em análises de textos argumentativos. Nesse sentido, asseveram os autores ser “a análise da argumentação dirigida a outrem que nos fará compreender a deliberação consigo mesmo, e não o inverso” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996 [1958], p. 46).

Toulmin, por sua vez, no seu *Os usos do argumento*, buscou construir um modelo de análise de práticas argumentativas concretas, a partir do seu *layout*, também clássico, buscando análises mais próximas de um modelo pragmático-conversacional. A metodologia proposta pelo autor é aplicada hoje, por exemplo, na tentativa de se analisarem raciocínios argumentativos

expressos por estudantes em geral (JUSTI, 2017). Nesse tipo de exercício de análise, coletam-se dados e buscam-se evidências e justificativas que deem suporte a um determinado ponto de vista, na tentativa de se colocarem à mostra os raciocínios elaborados por estudantes de diversos níveis de escolaridade.

Partindo de um padrão normativo, os mentores da Escola de Amsterdam, van Eemeren e Grootendoorst, propõem a corrente pragmadialética, calcada em regras e passos para o que eles consideram uma argumentação ética, isto é, não falaciosa. Ao apresentarem o que consideram como um modelo de discussão crítica e um código de ética e conduta para uma discussão racional (FETERIS, 1999, p. 165, tradução nossa), o tipo de análise de textos e discursos proposta pelos autores tem a ver com o que consideram um discurso argumentativo “racional”, sempre na busca da resolução de um desacordo, visto como um “problema” a ser resolvido. Ali uma discussão crítica apresenta quatro etapas (confrontação, abertura, argumentação e fechamento) que são analisadas a partir de dez regras para o quê, segundo os autores, evitaria o abuso no uso de “falácias”, as quais, naquele contexto, têm uma orientação diferente da ideia de falácia para os gregos. Naquela perspectiva teórica, é considerado falacioso qualquer “movimento” que, de alguma forma, obstrua um “diálogo racional”.

Ainda, não podemos deixar de lado toda a corrente da chamada lógica informal, também tratada nesta obra, a qual tenta, por meio de uma análise metalinguística, esmiuçar procedimentos argumentativos a partir da construção de critérios e procedimentos para análise de textos, interpretação, avaliação, crítica e construção da argumentação do discurso do dia a dia. Nesse âmbito, os autores simpatizantes de tal vertente buscam escapar de uma análise radicalmente “lógica” de textos. Nesse sentido, lançando mão de uma lógica “natural”, mesmo se combinada com raciocínios matemáticos e estatísticos, ali se busca aplicar o que consideram uma lógica menos ortodoxa.

Já a perspectiva dialogal, aqui ilustrada pelo trabalho de Christian Plantin, por exemplo, busca analisar pontos de vista em confrontação, em situação de *estase*, a partir de uma *questão argumentativa* que oporá a construção de dois pontos de vista antagônicos. Sem desconsiderar

as emoções que permeiam uma interação, o jogo de papéis de atuação (Proponente, Oponente e Terceiro) dão o tom das costuras interacionais e argumentativas que se desvelam na análise de textos. Nas análises ali empreendidas buscaram-se observar a coconstrução de pontos de vista, antagônicos e efetivamente perspectivados (GRÁCIO, 2010), a partir de um jogo de idas e vindas no quadro de uma interação. Nessa visão, a análise não está focada na resolução de um problema, mas, sobretudo, na evidencição do problema (*estase*), materializado em um conflito de opiniões e suas intermitências, a partir de uma *questão* argumentativa.

Nessa seara, temos que os estudos de Ruth Amossy também se preocupam em propor análises que explicitem o funcionamento discursivo e a lógica interna dos discursos para que se possa melhor compreender o jogo social, ressaltando-se a dimensão empírica das práticas argumentativas, por exemplo, da mídia, um foco de interesse da autora, em que a polêmica se instaura como palco privilegiado em nossos dias. As análises propostas pela autora enxergam de forma mais global as relações retóricas e argumentativas visto que, para ela, a argumentação localiza-se, de fato, no discurso.

As propostas analíticas têm sido apropriadas por pesquisadores situados em diferentes áreas e têm possibilitado desenvolver trabalhos no campo do ensino da argumentação. Em particular, na área de ciências, encontram-se inúmeros trabalhos que mobilizam algumas dessas orientações para promover o aprendizado de conteúdos específicos. A fim de ilustrar como esse esforço tem sido empreendido, passamos a discorrer, brevemente, acerca de uma experiência concretizada em nosso país.

4. O *layout* de Toulmin: um exemplo efetivo do elo teoria/prática, em aulas de ciência, no Brasil

Como dissemos anteriormente, a obra organizada por Bauer e Gaskell (2013 [2000]) também destaca a análise argumentativa, que é descrita por Miltos Liakopoulos. Depois de rapidamente retomar a visão de Aristóteles e de Van Eemeren, representante da Pragmadialética, o autor descreve, em linhas gerais, como Toulmin (2001 [1958]) concebe a argumentação, e indica que o modelo proposto por esse autor é o que

permite compreender o argumento tanto como processo quanto como produto.⁵ Após explicar cada um dos elementos constitutivos da estrutura anatômica desse modelo e incluir uma análise que ilustra a mobilização deles, Liakopoulos (2013 [2000]) apresenta os cinco passos que precisariam ser seguidos pelo analista:

1. Colete uma amostra representativa que incorpore os pontos de todas as partes interessadas no debate.
2. Sintetize os pontos principais em um parágrafo, parafraseando o mínimo.
3. Identifique as partes usando as definições apresentadas e teste-as quanto a sua fidedignidade.
4. Compare todas as partes do argumento em uma apresentação esquemática a fim de que elas possam ser lidas em relação umas com as outras.
5. Apresente uma interpretação em termos do contexto geral e do mérito da completude do argumento (LIAKOPOULOS, 2013 [2000], p. 241).

A produtividade desse tipo de análise argumentativa pode ser observada em muitos campos, mas se destaca o emprego desse tipo de análise na interpretação do discurso científico e no ensino de ciências por meio da argumentação.

Ainda segundo Govier (2018 [1987]), as ideias de Toulmin foram inicialmente rejeitadas por filósofos e lógicos e acolhidas por pensadores com formação em retórica e comunicação. Isso porque Toulmin (2001 [1958]) declarou, logo na introdução da clássica obra, pretender interpretar argumentos reais, expressos em linguagem natural, em um movimento de afastamento e crítica em relação à lógica formal. Ao elaborar um novo modelo que parte do raciocínio análogo com o Direito, Toulmin assume a tarefa de discutir e caracterizar a natureza do “processo racional”, compreendendo por isso “[...] os procedimentos e as categorias mediante os quais

5 O capítulo produzido por Patrícia Del Nero Velasco explica detalhadamente o modelo de Toulmin, por isso é mencionado rapidamente neste primeiro capítulo. Apesar disso, na próxima seção, destacamos os impactos das ideias de Toulmin nas práticas de ensino de Ciências, uma vez que o capítulo de Velasco não enfatiza esse aspecto.

se podem discutir e decidir todas as ‘causas’” (TOULMIN (2001 [1958], p. 10). Ademais, por ter interesse específico pela filosofia da ciência,⁶ a obra de Toulmin, apesar das críticas recebidas desde a publicação de *Os usos do argumento*, tem obtido especial atenção por aqueles que se interessam por entender o raciocínio argumentativo (GOVIER, 2013, 2018 [1987], HAMPLE, 1977), a especificidade do discurso científico (LIAKOPOULOS, 2000) e como compor práticas de ensino de ciências (ERDURAN, 2007, entre muitos outros).

Por ser uma área muito produtiva no Brasil, e em função dos limites deste capítulo, restringimos a reflexão em torno dos procedimentos analíticos que são utilizados no ensino de ciências. Essa perspectiva difere da que foi apresentada anteriormente – ou seja, compreender a argumentação como um processo linguístico-discursivo associado à realização de práticas de linguagem em sociedade –, ao adotar que a argumentação é também um meio para promover o ensino e a aprendizagem dos conteúdos de uma área específica. Assume-se, assim, que o aprendizado de conhecimentos de diferentes áreas pode ser favorecido pelo raciocínio argumentativo por colaborar com o entendimento de que a construção do conhecimento científico é um processo sempre em trânsito, uma vez que pode ser revisitado e modificado, e, ao mesmo tempo, proporcionar a apropriação de práticas próprias do discurso científico. Nesse tipo de trabalho, o modelo de Toulmin⁷ tem sido privilegiado, pois possibilita ao estudante analisar como os dados, as justificativas e as conclusões se organizam na composição de um argumento, e auxilia o professor a promover a articulação entre explicações, modelos e teorias.

Desde a década de 1990, mundo afora, os trabalhos acadêmicos têm discutido como engajar os estudantes na argumentação em aulas de ciências. Por quase trinta anos, esses estudos progrediram rapidamente, como pode ser observado na obra organizada por Erduran e Jiménez-Aleixandre (2007). Embora esses estudos reúnam uma grande variedade de pesquisas, pode-se reconhecer que a argumentação (1) acabou por integrar os currí-

6 Antes de publicar *Os usos do argumento*, Stephen Toulmin (1953) escreveu *The Philosophy of Science* com o objetivo de chamar a atenção para os seus fundamentos dessa área de conhecimento e minimizar ideias contestadas e mal-entendidas.

7 O detalhamento do modelo de Toulmin pode ser encontrado no próximo capítulo.

culos de ciências e (2) serve como um recurso privilegiado para auxiliar os estudantes na compreensão dos conteúdos ensinados, por isso pode estar vinculada a objetivos formativos que extrapolam os muros da escola.

Muitos pesquisadores brasileiros têm considerado essa perspectiva de trabalho (VILLANI, 2002; NASCIMENTO, 2007; SASSEROM; CARVALHO, 2011 etc.), como se confirma em incontáveis artigos acadêmicos e a partir da leitura dos textos reunidos na obra *Argumentação e ensino de ciências*, organizada por Nascimento e Plantin (2009). Sylvania Nascimento e Rodrigo Vieira, os autores que integram essa obra, ressaltam que a dimensão discursiva da sala de aula, ao adotar o viés sociocultural, orienta o professor a considerar que a argumentação, fundada na linguagem natural, é um artefato de mediação que permite falar e escrever a respeito de conhecimentos científicos, bem como entender como os discursos são organizados em sociedade (NASCIMENTO, VIEIRA, 2008).

Ao partir das proposições de Toulmin, Nascimento e Vieira (2009) afirmam que o padrão oferecido conduz o estudante a perceber como os fatos (dados) aos quais recorreremos como fundamentos para uma alegação estão apoiados em garantias provenientes de inferências socioculturais. Com base nesse tipo de compreensão, o estudante consegue perceber que o discurso argumentativo é sempre autorizado por uma justificativa, uma lei de passagem, que é formulada a partir dos conhecimentos de base (indicar capítulo de Patrícia para detalhamento). Constitui-se assim uma estrutura de análise considerada poderosa na compreensão do pensamento científico, pois facilita relacionar dados e conclusões, mediante justificativas de caráter hipotético; indica o papel dos dados na elaboração das afirmações; ressalta as limitações das teorias; destaca o valor da sustentação na construção de conhecimentos; indica o papel dos qualificadores e das refutações na composição de diferentes teorias, além de viabilizar estabelecer relações entre os aspectos discursivos e argumentativos (CAPECCHI, 2004).

Embora Nascimento e Vieira (2008) reconheçam o valor do padrão toulminiano na compreensão de como e por que os argumentos científicos são considerados consistentes e sólidos, os autores também identificam algumas restrições no modelo, como Driver, Newton e Osborne (2000) já vinham delimitando há mais de vinte anos. Esses pesquisadores consideram o modelo

de Toulmin *coerente*, por reunir os elementos que são relacionados dentro de uma lógica adequada às relações sociais, e *consistente*, por se organizarem de maneira a evitar contradições, contudo, consideram que o contexto social não suficientemente considerado, sobretudo no que tange à construção coletiva dos conhecimentos, e que falta precisão na configuração dos argumentos. Apesar dessas restrições, o modelo frequentemente se faz presente nas aulas de ciências, uma vez que possibilita tomada de consciência em relação aos fatores que engendram os discursos científicos, propicia identificar a estrutura formal que organiza os argumentos e permite seu funcionamento, além de facilitar comparações entre os argumentos licenciados socialmente.

Desse modo, o modelo de Toulmin está presente tanto na organização de aulas de ciências quanto é predominante na formação de professores de ciência da educação básica, uma vez que auxilia os docentes na identificação dos argumentos e seus respectivos elementos constitutivos dos discursos científicos. Ao aplicar o modelo de Toulmin a diferentes discursos e discussões em torno de conceitos científicos, a análise esquematizada por Toulmin permite ver como um discurso argumentativo se constrói e se estabelece em um determinado tempo e lugar. O modelo ainda tem colaborado para auxiliar os professores a analisarem a própria prática junto aos estudantes a fim de perceberem como a argumentação docente se orienta em um determinado sentido, o que contribui para discriminar o aparato perceptivo em uso, os padrões lógicos selecionados e as assumidas posições discursivas, quando mobilizados nas práticas docentes.

Na tentativa de superar as restrições que o modelo apresenta, pesquisadores insistem no caráter cultural e social das afirmações científicas e buscam articular outras referências ao modelo de Toulmin. Vejamos como Sasseron e Carvalho (2011) têm reconsiderado o modelo toulminiano nas práticas pedagógicas:

A ideia de **dado**, tal qual expressa no padrão de Toulmin, difere do que seriam os dados empíricos ou hipotéticos que entram em cena na construção de modelos de explicação nas ciências. Em Toulmin, os dados referem-se a alegações que se pretende apresentar e aparecem sempre ligados à **conclu-**

são a que se pretende chegar. Esse par tem, portanto, papel de tese que será defendida na presença dos interlocutores. Na sala de aula, um dado pode se configurar em uma informação que já se possui, seja advinda da experimentação ocorrida em algum momento das aulas ou uma ideia que os estudantes já possuem de suas vivências extraescolares. Consiste, pois, em uma evidência que será trabalhada nas discussões. Encontrar coerência entre aquilo que se possui de informação inicial e as novas situações colocadas em pauta nas intervenções de alunos e professor torna-se o meio que permite o estabelecimento da argumentação em sala de aula (SASSERON; CARVALHO, 2011b, p. 252, grifos das autoras).

Vemos nesse excerto que as educadoras alteram o *status* da informação que serve de ponto de partida para a argumentação (o “dado”), para incorporar as relações sociais, historicamente constituídas, que compõem a realidade vivida pelos discentes, além de introduzir relações dialógicas (“nas discussões”) a fim de superar o perfil monológico que caracteriza o modelo de Toulmin, segundo Plantin (2008). As interações que são promovidas quando são discutidas as garantias e analisadas as possíveis refutações confirmam o valor de se explorar a diversidade de ideias que constituem também os discursos científicos.

Em relação às conclusões, Sasseron e Carvalho (2011a) declaram ser esse um grande problema no uso do padrão de Toulmin no ensino e na aprendizagem de ciências, pois os estudantes nem sempre conseguem estabelecer relações entre as informações constatadas e as regularidades próprias de cada contexto. Além disso, o valor de termo final de uma proposição, que é próprio da conclusão ou alegação, torna a reflexão fechada em uma alternativa (específica e limitada), quando consideradas as variadas possibilidades explicativas e a provisoriedade de muitos conhecimentos científicos.

Assim, embora o modelo de Toulmin continue sendo a referência principal para o estudo dos argumentos em situações de ensino e aprendizagem de ciências (ERDURAN, 2007), educadores, como Sasseron e Carvalho (2011b, p. 257), têm defendido “[...] a necessidade de que o argumento não fique restrito a regularidades ocorridas em um evento particular, pois

somente isso não é suficiente para a construção de significados científicos”, visto ser preciso promover a construção de noções mais gerais e que possam abranger contextos variados.

Diante de tudo o que foi reunido até este ponto, resolvemos organizar, para finalizar, uma síntese que talvez possa favorecer o enfrentamento de alguns dos desafios identificados quando queremos proceder a uma prática analítica da argumentação.

5. Nossa proposta: exercitar a *sensibilidade analítica* e apreender para aprender

Traçado esse panorama, não exaustivo, temos que cada capítulo deste livro tenta apresentar e ilustrar, por meio de análises e propostas de exercícios, um pouco do que seja “analisar” para tantas e tão diversificadas perspectivas teóricas e metodológicas. Nesse sentido, este livro tem uma estrutura que o diferencia de outras coletâneas, uma vez que partiu de um “problema” (como empreender análises de textos argumentativos diversos) e buscou sobre isso discorrer, por meio de propostas práticas de análises, didaticamente apresentadas. E, ainda, nossa ambição com este trabalho nunca foi “resolver” o drama que estudantes e pesquisadores frequentemente experienciam no momento “choque-de-realidade” de se analisarem dados. Procuramos, tão somente, aventar possibilidades, na iminência de trazeremos a debate alguns dos instrumentos de análise de textos e discursos argumentativos, utilizados por diversos autores, já consagrados por seus trabalhos tão diferentes uns dos outros. E isso é apenas um começo, tendo em vista a complexidade do desafio que aqui lançamos.

Esperamos deixar claro que cabe ao analista determinar, caso a caso, em função dos dados que construiu e da problemática que o instiga, a “chave argumentativa” que “permitirá [ao analista] ativar as engrenagens do discurso e de ‘fazer ver’ a construção argumentativa que organiza o discurso” (DOURY, 2015, § 5, tradução nossa). Nesse sentido, o ideal é que a relação do pesquisador com seus dados, no momento de empreender uma análise, traga um pouco do amor do carpinteiro pela madeira com que executa o seu ofício (DAMASCENO-MORAIS, 2021), uma vez que

uma análise de dados está longe de ser mero jogo anódino de rotulação, classificação e etiquetagem a esmo.

Quanto ao ceticismo que ronda o empreendimento analítico – muitas vezes (in)justamente acusado de subjetivo, parcial, limitado –, entendemos que, certamente, não existe análise perfeita (e nunca existirá, lamentamos informar), pela própria complexidade e, mesmo, subjetividade, que envolve tal empreendimento intelectual. Não obstante, apesar de termos consciência de que o que tentaremos mostrar por meio de análises será sempre inevitavelmente limitado e parcial, a subjetividade do pesquisador não deve ser vista como um empecilho, mas como um degrau necessário para a testagem de perspectivas teóricas, em Ciências da Linguagem, sobretudo no vasto, complexo, fragmentado e volátil campo da argumentação, como brevemente tentamos aqui delinear, sem que isso seja, por outro lado, visto como algo “utópico”, como bem lembra Norman Fairclough (2012, p. 14).

Esta obra, em seu conjunto, diverso, leva-nos a compreender que “a análise argumentativa é inseparável dos fatos” (ANGENOT, 2008, p. 418, tradução nossa), o que torna a missão do analista de textos argumentativos ainda mais complexa, visto que a própria constituição de um *fato* não é isenta de subjetividade. Não desanimemos, no entanto, pois, apesar de toda a complexidade, dificuldades e riscos vinculados ao empreendimento analítico, é importante não perdermos de vista que exercitar a análise de textos argumentativos nunca deixará de ser uma excelente oportunidade de leitura crítica. Isso porque, a partir do momento em que nos calejamos (criticamente) de uma ou mais perspectivas teóricas, seremos capazes não somente de *apreender* (no sentido de descrever), mas *aprender* com o discurso do outro: eis o momento “heurístico” do exercício de análise.

Nesse sentido, o papel do professor-orientador cientista da linguagem é, sobretudo, ajudar o aluno a descobrir o momento oportuno – *kairós* – de se lançar no empreendimento da análise argumentativa de textos e discursos, o que, acreditamos, terá o mérito de despertar nos estudantes a *sensibilidade para a análise de textos e discursos argumentativos*, a partir de um trabalho de diálogo entre teorias e prática, o que, apesar de não ser tarefa simples, é instigante e altamente recomendável.